



02
16

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAZENDA
PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ROSANDREZA VARTULI, brasileira, divorciada, programadora visual, portadora da Carteira de Identidade nº 05741396-5 IFP/RJ, inscrita no C.P.F. sob o nº 697372237/72, residente e domiciliada à Av. Jornalista Ricardo Marinho 00450/1508, Barra da Tijuca, RJ Cep.:22631-000, através do órgão de execução da Defensoria Pública Geral do Estado - NUDECON - Núcleo de Defesa do Consumidor, de Usuários de Serviços Públicos e Vítimas de Erros Médicos, vem propor

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL
PELO FATO DO SERVIÇO

em face da **PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**, pelos seguintes fatos e fundamentos:

2000.001.062158-0 09-H 15/05/00 13:21 INT 62959
D109 (SORT) 9 OFI, 9 VARA DE FAZ. 62959

(R)



03
f

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

INICIALMENTE

Afirma não ter condições de arcar com as custas processuais e os honorários de advogado sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, fazendo jus a GRATUIDADE da justiça, em conformidade com a Lei 1.060/50, com alteração da Lei 7.510/86.

1 - DOS FATOS

1.1 – Em maio de 1995 por volta de 11:30 h, a Autora deu entrada no Hospital Municipal Miguel Couto a sua genitora Sra. **Célia Carlos da Silva**, devido a mesma ter sido acometida de um “derrame”.

1.2 – A genitora da Autora foi conduzida ao Setor de Emergência tendo ficado em observação e depois encaminhada ao 2º andar, ao Setor de Clínica Médica.

1.3 – A paciente apresentava quadro convulsivo, permanecendo deitada numa maca sem proteção lateral, ocasião em que a Autora comunicou a uma funcionária, de nome Marta, do perigo da mesma vir a sofrer uma queda.

1.4 – Logo após isso, foi solicitado à autora que trouxesse roupas de cama. Ao retornar ao HMMC por volta das 14:45h, foi avisada pela funcionária Marta de que - aquilo que premeditara - sua genitora havia caído da maca, sofrido fraturas e que, em consequência do agravamento do quadro seria submetida à cirurgia.

Ri



04
/6

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1.5 – Ao término da cirurgia, a Autora foi informada pelo neuro-cirurgião, Dr. Ivan, que a queda em nada havia afetado o estado da Sra. Célia. A autora foi para casa e por volta das 03:00 h do (dia 21-05-95) foi avisada de que sua mãe havia falecido.

1.6 – O absurdo, e toda controvérsia, reside em um único ponto nodal : A genitora da Autora ingressou no HMMC com quadro clínico indicativo de "acidente vascular cerebral" e a *causa mortis* estampada na certidão de óbito e laudo cadavérico é "*contusão do crânio com edema cerebral, amolecimento e hemorragia ventricular por ação contundente*".

2 - DOS FUNDAMENTOS

2.1- A responsabilidade civil da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro decorre de expressa disposição constitucional, § 6º, do art. 37, que estabelece o caráter objetivo da responsabilidade da Administração Pública, sendo inclusive, conforme a melhor doutrina, "indiferente o título pelo qual o causador direto do dano esteja vinculado à Administração, o necessário é que se encontre a serviço do Poder Público"(Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 21ª ed., 1996, p. 565).

RJ



05/6

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

2.2- A relação jurídica entre o paciente e o hospital público está inserida naquelas denominadas relação de consumo, com amparo nos artigos 3º e 22 do Código consumerista, valendo a transcrição do último:

*Art. 22 - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços, adequados, eficientes, **SEGUROS** e, quanto aos essenciais, contínuos.(g.n.)*

2.3- À evidência o *eventus damni* decorrente das complicações do procedimento assumido pelos agentes do Município, no fornecimento do serviço médico público inadequado, lançando a paciente em uma maca desprovida de proteção lateral de forma a permitir a queda e a morte. É portanto indiscutível a responsabilidade civil para reparação do dano.

R.



06
/

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

3- DA RESPONSABILIDADE CIVIL

3.1 - A responsabilidade civil da demandada é evidente, eis que o dano físico é decorrência do despreparo de seus funcionários e por sua vez, da ineficiente prestação de serviço fornecido pela mesma.

3.2- Com efeito, prevê legislação infraconstitucional, uma vez que prevê a Lei 8.078/90, com caráter de ordem pública, a responsabilidade objetiva do fornecedor pela reparação dos danos causados por defeitos do serviço.

"Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

3.3- Assim é que na lição de Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamim (Comentários ao Código de Proteção do Consumidor, Saraiva, 1.991, p. 80):

"O Código; é claro ao asseverar que só a 'responsabilidade pessoal' dos profissionais liberais é que se utiliza o sistema alicerçado em culpa. Logo, se o médico trabalhar em hospital responderá apenas por culpa, enquanto a responsabilidade civil do hospital será apurada objetivamente"

R.



07
/6

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

3.4- Na Teoria do risco é reparável o dano causado a outrem em consequência de uma atividade realizada em benefício do responsável (ubi emolumentum, ibi onus);

3.5- O art. 1.518 do Código Civil, "o direito positivo brasileiro institui o "nexo causal plúrimo". Em havendo mais de um agente causador do dano, não se perquire qual deles deve ser chamado como responsável direto ou principal. Beneficiando, mais uma vez, a vítima permite-lhe eleger, dentre os co-responsáveis, aquele de maior resistência econômica para suportar o encargo ressarcitório".

3.6- Seja pelo dolo, seja pela culpa ou seja pelo que se refere a Teoria de Risco acima mencionada, não resta dúvida de que a Ré está realmente obrigada a indenizar, sendo evidente sua responsabilidade.

4 – DO NEXO CAUSAL

4.1 - É notório que a queda e, conseqüentemente, a morte da vítima é proveniente do mal atendimento e tratamento recebido no Hospital Municipal Miguel Couto, a qual, poderia ser evitada através de uma maior cautela e um tratamento correto e digno, o que percebe-se não foi recebido pela paciente, já que a mesma encontrava-se em leito sem proteção quando apresentava um quadro clínico de convulsão.

R.



08
16

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

5 – DO DANO MORAL

5.1 - Quanto ao dano moral, caracteriza-se pelo ato ilícito, isto é, pela negligência, imprudência da enfermeira, falta de respeito com seus pacientes e com a vida destes e de seus familiares. E baseado no que diz a jurisprudência a seguir, temos: Dano Moral Puro – Caracterização.

“Sobrevindo, em razão de ato ilícito, perturbação nas relações psíquicas, na tranquilidade, nos entendimentos e nos afetos de uma pessoa, configura-se o dano moral, passível de indenização”. Unânime – Recurso Especial nº 91/003774-5 – Decisão 18/02/92 – 4ª Turma – Rel. MINISTRO BARROS MONTEIRO.

5.2 - Ressalte-se o que preleciona o professor Arnoldo Wald, com escólio na doutrina e jurisprudência norte-americanas:

“A finalidade da indenização do dano moral já é hoje encarada como visando não apenas a compensação da vítima ou dos seus parentes mas constituindo, também, uma expiação para o culpado, ou seja, uma pena” (in obrigações e Contratos, Editora Revista dos Tribunais, 12ª edição, São Paulo, 1995, pág.130);

R.



09
K

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

5.3 - Bem como o art. 6º, VI, do referido diploma, que diz:

art. 6º. São direitos básicos do consumidor:
VI - a efetiva prevenção e reparação dos danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

5.4 - Às escândaras a inadequação do tratamento assumido pelo Hospital, causando com isso diversos transtornos na vida da Autora e seus familiares diante de tão grande perda, fazendo-se necessário, portanto, a intervenção do Poder Judiciário, para obtenção da reparação do dano moral imposto, decorrente da falta de preparo por parte da equipe médica, sem que a paciente tivesse efetivamente recebido o tratamento adequado, devendo portanto os danos serem fixados em valor não inferior a 1000 (mil) salários mínimos.

6- DO PEDIDO

Diante da impossibilidade de composição, em face de todo o exposto, e com fundamento nos dispositivos já citados, requer:

a) gratuidade de justiça, de acordo com o art. 4, parágrafo 1º da Lei 1060/50 com nova redação introduzida pela Lei 7510/86;

PJ.



10/6

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

b) a citação da Ré na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, a exordial, sob as penas de revelia e confissão, que deverá ao final ser julgado **PROCEDENTE** o pedido para condenar a Ré na indenização pelos danos morais causados em decorrência da má qualidade no atendimento, o que gerou a morte da genitora da Autora, e consequentemente transtornos em sua vida familiar, trazendo consigo traumas estimados valor não inferior a 1000 (mil) salários mínimos.

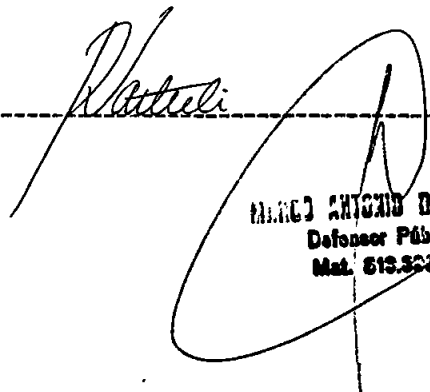
c) a condenação da Ré nas verbas sucumbenciais, revertidas as relativas aos honorários de advogado em favor do CEJUR-DPGE, depositados no banco BANERJ S/A, conta nº097-0094337, conforme Lei 1.146/87.

Indica, provas documental, e testemunhal, além da pericial, se necessária.

Dá-se a causa o valor de R\$ 151.000,00

N. termos,
E. deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2000.



MARCOS ANTONIO DA COSTA
Defensor Público
Mat. 613.323-4